

Balanço Económico 2017

Em nome do Conselho de Administração do Banco Central de S. Tomé e Príncipe (BCSTP) e no meu próprio, começo por saudar a todos quantos se desprenderam dos labores a que nos submetemos na quadra festiva, para auscultar esse balanço económico anual de 2017 que, por tradição, se nos oferece por ocasião do fim do ano.

Aproveito igualmente o ensejo para expressar os nossos agradecimentos às instituições financeiras que operam no País, aos demais parceiros nacionais e estrangeiros, bilaterais e multilaterais, cuja colaboração tem contribuído para o cumprimento da missão do Banco Central da República Democrática de S. Tomé e Príncipe.

Minhas Senhoras, Meus Senhores,

As informações recentes relativas ao enquadramento internacional dão conta de um crescimento da economia global em torno de 3,6% em 2017, o que representa uma aceleração face aos 3,1% registado em 2016. Representa ainda uma recuperação substancial das economias avançadas, com particular realce para as economias da Zona Euro, que após vários anos de recessão e estagnação, começam a evidenciar sinais de consolidação de crescimento em patamares positivos.

Contudo, importa realçar que o processo de recuperação tem sido assimétrico na medida em que o crescimento económico permanece ainda muito baixo na América Latina, Médio Oriente e nos países da África Subsariana exportadores de *Commodities*, em particular de petróleo.

Ainda persistem as incertezas e riscos associados as tensões geopolíticas que poderão levar a revisão em baixa do cenário económico de médio prazo ao nível mundial.

Por outro lado, apesar da evolução positiva, os preços de petróleo, no mercado internacional, continuam aquém das expectativas, o que poderá se traduzir numa onda de efeitos sistémicos à economia nacional, a partir dos países da nossa sub-região, dependentes desta matéria-prima de exportação.

Apesar da modesta melhoria do ambiente externo do ano que se finda, a economia nacional, já de si pequena e vulnerável, não se mostrou resiliente dos efeitos retardados de uma crise global tão prolongada e devastadora. Com efeito, um dos traços mais relevantes da conjuntura económica em S. Tomé e Príncipe em 2017, prende-se com a dificuldade de o País reforçar, de forma sustentada a sua capacidade de financiamento, o que condicionou a concretização de investimentos públicos previstos.

De acordo com as estimativas ainda provisórias, a economia deverá registar no fim do exercício, um crescimento do Produto Interno Bruto na ordem dos 4%, em linha com o crescimento registado nos últimos 2 anos, tendo contribuído para esse efeito uma maior dinâmica do sector de turismo, conjugado com as actividades dos sectores de construção, comércio e do sector financeiro.

Em matéria de estabilidade de preços, a política monetária e cambial combinada com a política orçamental prudente contribuíram para uma evolução controlada da inflação, pese embora os choques do lado da oferta de produtos locais terem registado alguma pressão inflacionista, sazonal nos meses de Abril e Junho, tendo contribuído para uma inflação acumulada de 6,1% até Novembro, contra os 5,4% observados no período homólogo. Todavia, estima-se que a inflação se mantenha a um dígito, situando-se em 6,5%.

Do lado das finanças públicas, as exigências de consolidação orçamental num contexto adverso, caracterizado pela fraca captação de recursos externos, condicionaram a execução orçamental em 2017.

Esforços continuaram a ser consentidos no sentido de manter a disciplina fiscal, condição, que como é sabido, determinante para a sustentabilidade do regime de câmbio fixo em vigor.

É de se assinalar a conclusão da terceira e quarta avaliação do programa de Facilidade de Crédito Alargado assinado com o FMI, tendo-se cumprido todos os critérios quantitativos de desempenho do programa relativamente ao mês de Junho do corrente ano.

O Banco Central manteve, neste exercício, uma orientação de política monetária prudente, tendo para o efeito reduzido a taxa de juro de referência em 100 pontos base, passando de 10% para 9% e a taxa de facilidade permanente de cedência de liquidez em 150 pontos de base, passando de 12,5% para 11%, em Junho de 2017. Adicionalmente, foram implementadas algumas medidas de gestão de liquidez, visando melhorar a eficácia dos mecanismos de transmissão da política monetária.

Todavia, a eficácia da política monetária continua condicionada por factores de natureza estrutural, mormente elevados níveis de crédito em incumprimento e o fraco nível de intermediação financeira. Por conseguinte, embora a convergência nominal, consubstanciada numa inflação baixa e controlada seja uma realidade, persiste ainda uma fraca elasticidade das taxas de juro de mercado face aos impulsos das medidas de política monetária.

O crédito à economia apresentou um incremento na ordem dos 3%, contudo, insuficiente para fazer face à tendência contracionista da massa monetária, que registou uma diminuição de 6%.

Tal evolução foi determinada, sobretudo, pela redução dos Activos Externos Líquidos, em torno de 25%, decorrente da fraca captação de recursos externos com referência ao mês de Novembro de 2017.

As reservas internacionais líquidas situam-se em torno de 47 milhões de dólares americanos, correspondendo a 3 meses de importação, estando em linha com as recomendações internacionais.

As importações de bens ascenderam a 108 milhões de Dólares Americanos, o que representa, um incremento em torno de 12% face ao período homólogo.

As importações de bens de capital aumentaram em 26.3%, o que sugere uma maior contribuição das importações para a formação bruta de capital fixo.

Relativamente às exportações, estas registaram nos primeiros onze meses do ano, um modesto crescimento em torno de 3,5% face ao mesmo período do ano anterior. Este fraco desempenho ficou a dever-se à redução verificada no volume das exportações de cacau, fruto da descida, em cerca de 33%, do preço desta *commoditie* no mercado internacional comparativamente ao praticado há um ano atrás.

Os saldos da balança comercial e da conta corrente mantêm-se estruturalmente deficitários, reflectindo os constrangimentos que se prendem com a competitividade da economia, e revela que o País continua a viver muito acima das suas possibilidades, num contexto de redução das ajudas públicas ao desenvolvimento.

A essa situação impõe-se esforços adicionais para a concretização urgente de acções que reforcem a atractividade do ambiente de negócios e facilitem a diversificação da economia no sentido do aumento da capacidade exportadora, com vista a redução gradual da dependência externa da nossa economia.

O sistema financeiro santomense tem-se superado a vários níveis nos últimos anos. Porém, subsistem alguns constrangimentos. A estrutura do sector bancário caracteriza-se ainda por um elevado nível de concentração.

O crédito malparado continua bastante elevado, apesar da tendência de redução, situando-se em torno de $\frac{1}{4}$ do total do crédito concedido.

A excessiva exposição do sector bancário ao risco de crédito, associado à qualidade de Activos têm sido factores determinantes da vulnerabilidade subjacente ao sector.

Diante dos desafios que se nos colocam enquanto autoridade monetária, cambial e supervisora, abraçamos a implementação da Estratégia para o Desenvolvimento do Sector Financeiro e da Estratégia para a Redução do Crédito Malparado.

Concomitantemente, e de forma articulada, adoptamos um plano estratégico 2017-2020 que contempla 5 pilares considerados fundamentais, nomeadamente (i) o desempenho pleno e efectivo das funções de autoridade monetária e cambial; (ii) a modernização e solidez do sistema financeiro; (iii) a organização e gestão eficiente dos recursos; (iv) a literacia e inclusão financeira; e (v) a comunicação com o exterior.

No decurso da materialização destes instrumentos, tem sido notória a melhoria da performance do sistema financeiro em matéria de rentabilidade, adequação de capital e nível de crédito em incumprimento. De referir que o crédito malparado situou-se em 24% em Setembro de 2017 contra os 28% observados no período homólogo.

O rácio de liquidez do sistema bancário situou-se em torno de 60%, nível muito acima dos valores de referência (20%), sugerindo a existência de grande margem por explorar em matéria de intermediação financeira. A esse respeito, importa ainda enfatizar que os elevados *spreads* praticados pelos bancos, a escassez de projectos bancarizáveis e o elevado nível de risco de crédito constituem factores que concorrem para o fraco desempenho do sector em matéria de intermediação financeira.

Relativamente ao sector segurador, este apresenta indicadores dentro dos parâmetros considerados satisfatórios, dos quais se destaca a rendibilidade. Contudo, o sector representa apenas 3% do total de activos do sistema financeiro nacional, correspondendo a 1% do PIB.

Nesta perspectiva, acreditamos que a implementação efectiva do seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel e a domiciliação obrigatória de seguros constituem pilares para a efectiva alavancagem da actividade seguradora no país.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Nesta altura em que procedemos ao balanço económico do ano prestes a terminar, necessário se torna enfatizar a importância da implementação da Reforma Monetária 2018, para a nossa economia e para a sociedade santomense em geral.

A Reforma Monetária 2018 visa o reforço da confiança na nossa Dobra adaptando-a ao contexto de maior estabilidade macroeconómica, enquanto factor propiciador do ambiente de negócios e do investimento.

A introdução da nova família da Dobra com corte de 3 zeros, exige de todos nós um esforço inicial de apropriação e conversão, pelo que apelamos ao envolvimento e empenho de todos, fazendo jus ao lema “Se é Dobra, é Nossa!”.

A Reforma Monetária 2018 constitui um “bem público”, na medida em que a sua provisão requer necessariamente a intervenção do Estado e o seu benefício é para a população em geral, pelo que o sucesso da mesma dependerá não só da actuação dos vários organismos públicos como da intervenção de cada um de nós.

Ainda sobre a Reforma Monetária, gostaríamos de sublinhar que durante o período de co-circulação, compreendido entre 01/Jan. e 30/Jun./2018, as notas e moedas da actual família da Dobra apenas poderão ser trocadas nos balcões das instituições bancárias autorizadas a operar no nosso País e no próprio Banco Central.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

O Banco Central considera que a concretização das aspirações do País em matéria de desenvolvimento passa pela criação de oportunidades de rendimento que vão para além do nível de subsistência, constituindo assim uma premissa incontornável em toda a orientação estratégica para os próximos anos, sendo para o efeito, fundamental alcançar níveis de crescimento superiores aos observados nos últimos anos.

O quadro prevalecente continua a ser de grandes constrangimentos para o País e a busca de soluções para as mesmas desafia-nos a estar atentos às novas dinâmicas de mercado. Ainda assim, perspectiva-se, para o ano de 2018, num contexto de estabilidade de preços, um crescimento na ordem dos 5% sustentado, em grande medida, por Investimentos Públicos.

Entretanto, a revitalização do sector privado jogará, um papel determinante na dinamização da actividade económica, enquanto estabilizador da procura interna e impulsionador das exportações.

A política monetária será orientada para o reforço do processo de convergência nominal e da sustentabilidade do regime de câmbio fixo em vigor. De igual modo, prosseguiremos com as reformas que permitam melhorar os mecanismos de transmissão da política monetária sobre as taxas de juro de mercado.

No domínio do sector financeiro, daremos continuidade às reformas em curso, assegurando assim as condições necessárias ao reforço da participação do sector na actividade económica e, reforçaremos os mecanismos de promoção da transparência, visando a protecção do cliente bancário.

Nesta senda, além das demonstrações financeiras devidamente auditadas, as instituições financeiras deverão publicar ainda um conjunto de informações que permitam o escrutínio público à sua actuação.

Ao terminar, gostaria, em nome do Conselho de Administração e em nome dos colaboradores do Banco Central S. Tomé e Príncipe, de desejar aos operadores financeiros, aos agentes económicos e ao público em geral Festas Felizes e um Ano Novo repleto de Saúde e Prosperidade.

Bem-Haja à Todos e Muito Obrigado!